

A Disputa pelo direito a Cidadania: A Frente Nacional e a batalha contra o direito a nacionalidade francesa aos imigrantes

Guilherme Ignácio Franco de Andrade – Unioeste¹

O objetivo desse trabalho é investigar as propostas da Frente Nacional (FN), partido de extrema direita da França, liderado por Marine Le Pen, de modificar as leis da constituição que permite o direito a cidadania francesa a imigrantes, assim como a dupla cidadania e nacionalização dos estrangeiros. A retórica da FN² possui diversos argumentos para colocar a discussão em pauta no cenário político. Entre os diversos problemas levantados pelo partido, o mais complexo seria a rotulação e personificação de um estereótipo do que representaria ser um “cidadão francês”. Neste contexto extremamente subjetivo, a FN questiona sobre o que significa “ser” um cidadão francês, quais seriam suas principais características, étnicas, linguísticas, culturais, religiosas, etc. A FN coloca em debate questões que fazem parte de um programa partidário, que de forma saudosista, se propõe a defender os “padrões” de certa cultura francesa, que supostamente estaria ameaçada pelo elevado número de imigrantes no país.

O partido francês a Frente Nacional foi fundado em 05 de outubro de 1972 por ativistas do movimento *Ordre Nouveau* (*Ordem Nova*), procurando reunir o eleitorado dos conservadores franceses. A direita francesa se encontrava em situação delicada na década de 70, em primeiro lugar os movimentos conservadores não vislumbravam confiança e respeito por parte da população. Um dos principais fatores estava relacionado ao fato de que vários integrantes e representantes dos grupos de direita terem apoiado e colaborado com o regime de Vichy, durante a ocupação alemã na 2ª Guerra. Fator que pesava e marginalizava as tentativas de recuperação política da direita, as lembranças do governo de Petain ainda permaneciam frescas na memória da população. Após várias tentativas de organização partidária, ou de outros movimentos conservadores, a direita estava desorganizada, dividida em pequenas facções. Durante o período do pós-guerra até a década de 70, os grupos conservadores haviam falhado em suas tentativas de representação política e de união partidária. (MAYER; SINEAU; 2002. pg. 43)

A FN foi o primeiro partido de extrema direita de relevância que surgiu na Europa após a 2^o Guerra Mundial (STOCKEMER; LAMONTAGNE, 2007, p. 49). No início, o partido foi uma mistura de várias vertentes do pensamento conservador, incluindo os nostálgicos de Vichy e os anti-Gaule, neofascistas, intelectuais e ativistas, sob a liderança de Jean-Marie Le Pen. Os membros dos partidos de extrema direita na Europa apresentavam particularidades distintas, segundo o pesquisador Paulo Fagundes Vizentini:

[...] os partidos de extrema-direita tinham uma composição etária curiosa. Eram formados por pessoas acima de 60 anos e que haviam sido nazistas no passado; e depois seguia-se a faixa de pessoas de meia idade, onde a pirâmide reduzia-se drasticamente; abaixo, uma ampla base social de jovens entre dezesseis e vinte e quatro anos.[...] Fora essa exceção, normalmente os partidos viviam uma vida vegetativa e semi-clandestina; veteranos de guerra, entre outros, que tinham seus clubes e associações e que utilizavam certas causas periféricas (cabe salientar que essa é uma forma de retomar-se a linha política [...]) (VIZENTINI, 2000, p.51)

A FN¹, em seu "programa de governo", tinha uma estrutura política e ideológica baseada em torno da defesa da identidade nacional, ameaçada pela imigração e pela internacionalização do comércio e a globalização, e também do retorno do "glorioso" nacionalismo francês. Em seu alegado plano de defender a França, lançavam-se contra seus inimigos internos (anteriormente judeus, maçons e protestantes, agora imigrantes, principalmente árabes e muçulmanos) e os inimigos externos (expeculação internacional e as forças das multinacionais e do corporativismo) Apesar do antissemitismo nunca aparecer nos escritos oficiais do partido, ele está latente em vários comentários e discursos sobre Israel, como se vê a negação das câmaras de gás, ou como se ela fosse um pequeno detalhe na história da Segunda Guerra Mundial. A FN defende valores tradicionais e instituições as quais, segundo ela, devem se basear a identidade francesa (família, Exército, autoridade, catolicismo) (HAINSWORTH, P, 2004, p.44).

O crescimento dos partidos de extrema direita na Europa pode ser associado com um descontentamento de parte da população com seus representantes, que não encontram saídas para a recessão econômica e combater o aumento do

desemprego. O medo dos cidadãos que por muito tempo tiveram prosperidade econômica e qualidade de vida, hoje sente ameaçado seu presente e futuro. Essa falta de perspectiva dos jovens em relação ao futuro e esse medo do amanhã, funciona perfeitamente para a extrema direita encaixar seu discurso de combate a imigração, pois atrela o crescimento dela e do excessivo número de imigrantes, como principal fator do desemprego. Mesmo que os trabalhos executados pelos imigrantes - que compoem a maior faixa do proletariado - em sua maioria composta por sub empregos, geralmente ilegal e salário precário, são desprezados por europeus(brancos).

Para Flecker (2007, pg.5) o avanço da globalização e a competição industrial no mundo, trouxeram complicações para pequenas empresas e indústrias na França. Como resultado desse processo ele descreve como o trabalho e as condições de vida se deterioraram: em primeiro lugar para as classes trabalhadoras e segundo - por causa de agravamento da crise econômica - para as classes médias. Ele procura explicar os processos e as representações dos indivíduos que sofrem de insegurança social e econômica. Com base nisso, procura explicar as "transformações políticas que elevou o crescente apoio para o extremismo de direita na França". Outro fator importante a se considerar, segundo Willians (2011, pg.4) é o descrédito da população nas ideologias de esquerda (em especial o comunismo) que depois de sucessivos anos no poder, não conseguiram encontrar soluções para a recessão econômica. O que criou oportunidades para que a FN e outros grupos conseguissem expandir suas bases de apoio, atraindo eleitores antes vinculados à esquerda.

Encaminhando o debate para a esfera política, a FN tem como tema central de campanha, o combate sistemático à imigração. A candidata Marine Le Pen defendeu uma maior restrição aos imigrantes no país, elaborando propostas para modificar a legislação que diz respeito ao direito a cidadania. Em seus discursos estão presentes várias críticas à fragilidade das fronteiras francesas e uma enorme campanha contra o multiculturalismo, considerado por ela um cancer a cultura e soberania francesa. Uma de suas principais promessas é reduzir drasticamente a imigração em 95%, abolir a lei de Reagrupamento Familiar e, progressivamente, abolir os pedidos de asilos político.

Para a FN, hoje é necessário revisar principalmente duas leis. A primeira é a lei que dá direito a nacionalidade francesa e, como consequência, gozar de todos os direitos e benefícios (educação pública, saúde, transporte, previdenciário, pacotes assistencialistas) estabelecidos pelo Estado, como cidadão francês. A segunda é a *Loi Regroupement familial* (Lei de Reagrupamento Familiar).

Processo de Imigração na França

A França tem um longo histórico de imigração. Os primeiros imigrantes foram trazidos durante os séculos XVIII e XIX, por consequência do processo de industrialização e desenvolvimento da nação. A industrialização em conjunto com a queda da taxa de natalidade, resultou em uma escassez de mão de obra, sendo assim justificada a imigração para preenchimento das vagas de trabalho. Outro motivo para diminuição da força de trabalho foi o resultado do envolvimento do país em duas guerras. A guerra Franco-Prussiana² (1870-1871) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as baixas chegariam a 1,4 milhões de pessoas mortas ou incapacitadas para o trabalho nas fábricas. Como resultado de ambos os fatores, o Estado procurou fazer acordos de recrutamentos da força de trabalho, entre países europeus, como Itália, Bélgica, Polônia e a antiga Tchecoslováquia (República Tcheca e Eslováquia). Já na década de 1930 a França possuía mais de 2,7 milhões de imigrantes (6,6 % da população), sendo considerado o segundo maior importador de mão de obra no mundo. (SILVERMAN, 1992)

Após a Segunda Guerra Mundial, a França precisava recuperar sua economia e com o apoio do Plano Marshall, que procurava ajudar a reconstruir as nações europeias destruídas durante a guerra. O país novamente deu início ao processo de recrutamento da mão de obra estrangeira, principalmente de países do leste europeu. Ao mesmo tempo teve início outro fluxo de imigração, oriunda das ex-colônias, devido a guerras de independência e do processo de descolonização. Como resultado da Guerra da Argélia (1954-1962) e a sua independência em 1962, um grande número de colonos franceses e argelinos imigraram para a França até os anos 70.

Durante a crise econômica no início dos anos 1970, a França seguiu o exemplo das outras potências europeias (Inglaterra e Alemanha) e em 1974 proibiu todos os programas de recrutamento de mão de obra estrangeira. No entanto, essas ações não forçaram os imigrantes a retornarem para seus países de origem, muito menos fizeram o fluxo de imigração diminuir. Ao contrário, muitos dos imigrantes já estabelecidos no país buscaram trazer suas famílias. Esse processo era legalizado pelo governo através da Lei de Reagrupamento Familiar. Em termos de números, o reagrupamento familiar desde então se tornou o canal mais importante para a imigração. (SILVERMAN, 1992)

Nos anos 90 os países europeus começaram a sentir os reflexos da imigração em seu país, e as tensões que começaram a surgir entre as populações nativas e as comunidades islâmicas. Os governos procuraram restringir de forma mais rigorosa e a modificar as leis de reagrupamento familiar, barrando a entrada de estrangeiros. Em contrapartida os imigrantes que já residiam há muitos anos na França, protestaram contra as novas imposições do governo, chamando atenção para as condições precárias de trabalho, habitação, educação e direito para suas famílias. (SILVERMAN, 1992)

A Lei de Reagrupamento Familiar e o aumento da imigração

A *Loi Regroupement Familial* (Lei de Reagrupamento Familiar) é uma lei estabelecida pela União Europeia (com exceção a Dinamarca, Irlanda e Reino Unido) que visa estabelecer regras comuns em matéria de direito ao reagrupamento familiar, permitindo que os imigrantes em situações regulares, estabelecidos em um dos países da UE, tivesse o direito de trazer suas famílias. Em um primeiro momento a UE tinha como objetivo proteger a unidade familiar e facilitar a integração dos imigrantes. Dentre os membros familiares que estariam incluídos no programa de reagrupamento familiar, seriam os conjuges, ascendentes em primeiro grau, filhos solteiros com idade inferior a maioridade legal do país e filhos adotivos.

Essa lei é contestada pela FN, pois através dela segundo o *Migration Policy Institute*³ a Lei de Reagrupamento Familiar corresponde a 65% dos casos de imigração no país. Desse modo, segundo os defensores da “identidade nacional”, o

desemprego e o déficit público podem ser atribuídos ao elevado número de imigrantes na França. Porém segundo dados pesquisados, podemos confrontar a validade das alegações.

Em primeiro lugar, ao contrário do que afirma a FN e Marine Le Pen, que a França seria o país que mais receberia imigrantes na Europa (LE PEN, 2012), segundo Cedric Methiot, ele não seria o primeiro destino dos imigrantes na Europa, mas o quinto, atrás do Reino Unido, Itália, Espanha e Alemanha⁴. Em segundo os dados da FN não batem com os registros do governo, pois as informações sobre a imigração mostram que grande parte dos estrangeiros em solo francês compõe: cidadãos de países pertencentes a comunidade europeia, imigrantes provenientes do reagrupamento familiar e os estudantes estrangeiros representam 80% da imigração total na França⁵.

Então do número real que existem da entrada de imigrantes anual na França, permite dizer que a retórica da FN é exagerada. Seria difícil e constrangedor o governo francês agir sobre estudantes e estrangeiros membros de outros países pertencentes a comunidade europeia. Outro aspecto importante a ser debatido, é sobre os custos da imigração para o governo, segundo estudo do Ministério de Assuntos Sociais, que é o órgão responsável por fazer estudos sobre a imigração no país, revelou que o custo da imigração sobre a economia nacional, está longe de sobrecarregar o orçamento dos benefícios sociais, pois atraem anualmente para as finanças públicas a soma de 12,4 bilhões de euros, contribuindo assim para o equilíbrio do orçamento nacional e para o pagamento das pensões.

Seguindo os dados do próprio governo francês, o *L'office français de L'immigration et de L'intégration* (Escritório francês da Imigração e Integração) o imigrantes recebem do governo 47,9 bilhões de euros (aposentadorias, auxílio-moradia, auxílio-desemprego, renda mínima, suporte à família, saúde e educação) e fornecem 60,3 bilhões (encargos sociais, impostos e taxas sobre o consumo, impostos sobre a renda, impostos sobre o patrimônio, impostos locais, contribuição para amortização da dívida social – CRDS e contribuição social generalizada – CSG). Este saldo, amplamente positivo, despedaça o argumento do FN e da UMP sobre a imigração.

A defesa do “caráter francês” e o direito a Cidadania

A FN em sua história enquanto partido político, procurou se distanciar e negar possuir filiados, membros de organizações neonazistas e neofacistas, por considerar essa aproximação uma vulgarização e marginalização da entidade. Entretanto durante muito tempo os grupos de ultradireita, militaram dentro e fora do partido, através de várias células urbanas de *skinheads* e *hooligans*. E conseguiu apoio fundamental de outros movimentos e partidos de extrema direita como, *Front National de La Jeunesse* (Frente Nacional da Juventude), *Faisceaux Nationalistes Européens* (Feixes Nacionalistas Europeus), *Parti Nationaliste Français* (Partido Nacionalista Francês), *Phalange Française* (Falange Francesa) e de grupos radicais internacionais como o *National Front da Inglaterra* (Frente nacional). (JESUS, 2003, pg.69) A FN sob a liderança de Jean Marie Le Pen, apresentava um discurso antissemita, xenófobo, por mais que o partido negasse ser racista.

O debate proposto pela FN pode ser acompanhado a partir da discussão presente na mídia, principalmente nos jornais *Le Monde* e *Le Figaro*, os principais veículos de informações no país. Através dos jornais, podemos perceber como são construídas as argumentações dos partidos políticos e da opinião pública e seus respectivos posicionamentos em relação ao tema. É a partir dessa problemática proposta pela Frente Nacional, que podemos fazer um balanço, entre a posição partidária e a campanha política de Marine Le Pen. Como se apresentam as questões da cidadania, nacionalização e como elas possuem um teor racista.

Nas entrelinhas o discurso do partido é abertamente segregacionista, para a atual liderança, existe claramente um padrão e estereótipo do cidadão francês. Considerando a existência de outros grupos que não se encaixam nos padrões estabelecidos, pois a FN considera cidadão legítimo o francês branco, europeu, ocidental, católico, que reconheça a importância da cultura francesa. Para Marine Le Pen em seu primeiro discurso (Le Pen, 2012) quando questionada sobre as acusações de racismo e xenofobia do partido, procura rebater as acusações “*Dizem que eu sou profundamente anti-imigração. É verdade. Acusam-me de ser xenófoba e racista. Nada pode ser mais contrário ao sentido da minha vida. Eu rejeito os imigrantes que não querem reconhecer a autoridade da lei e da cultura francesas*”.

Outro problema por ela compreendido é de que a imigração avaliada oficialmente em 200 mil entradas por ano, é responsável por todos os males: *“A imigração representa um custo significativo para a comunidade nacional e o déficit público pode ser atribuído ao elevado número de imigrantes na França”*.

O reconhecimento da lei e da cultura francesa, citada por Le Pen, demonstra a preocupação de grupos políticos com os imigrantes que não conseguem se adaptar a ordem social na França. Desde abril de 2011, as mulheres estão proibidas de usar burcas ou véus em público, faz parte de novas leis – não é uma exclusividade na França - que procuram forçar a integração das comunidades islâmicas. Nessa mesma linha de raciocínio, a atual deputada da FN Marion Marechal Le Pen (2012) discute o que para ela seria de extrema importância à integração dos imigrantes a sociedade francesa, como aprender o idioma e o básico sobre a História e cultura do país. E para ela os imigrantes não se esforçam para fazer parte de algo, o isolamento deles em grupos fechados, não permite sua integração. Segundo a deputada *“Hoje, se alguém nasce na França automaticamente tem cidadania francesa mesmo que não se esforce para se integrar”*.

Mas será que são os imigrantes que realmente não se integram ou não existe um esforço necessário dos governantes em compreender as diferenças religiosas e culturais existentes. Pois são comunidades que resultam de diferentes processos históricos e condições históricas herdadas. Em meio a todo esse debate, a FN discursa pela modificação da lei da nacionalidade francesa, pois para Marion Marechal Le Pen a prioridade do Estado é para com os franceses genuínos, *“Acreditamos que as pessoas francesas devam ter prioridade na habitação social e nas oportunidades de emprego”*. E o que sobraria para os imigrantes? Segundo Marion (MARECHAL LE PEN, 2012) os imigrantes têm como obrigação se integrar aos costumes do país, pois o Estado não pode se render a indignações das minorias e continua sua fala *“Nós concedemos alguns privilégios a eles, e se eles não se mostrarem dignos da cidadania francesa, não há nada de incorreto em revogá-los, estamos falando de pessoas a quem fizemos um favor”*.

Hoje o direito a nacionalidade francesa é legalmente caracterizado por dois aspectos. O primeiro afirma que é considerado legítimo o direito a nacionalidade francesa filhos de cidadãos franceses, mesmo nascendo em outro país. A criança

tem seu direito assegurado de ser reconhecidamente um cidadão francês. Em uma forma mais sintetizada, ser filho de franceses, independente de ter nascido em solo francês ou estrangeiro, tem garantido o direito à nacionalidade. A outra forma de ser um cidadão com direitos legítimos é para aquele que nasceu no território francês, independente da nacionalidade dos seus pais ou descendência familiar, garantindo que filhos de estrangeiros com situação irregular no país tenham o direito à cidadania.

Conclusão

As ideias centrais e as suposições que estão por trás da ideologia da FN, o caráter nacionalista é o que se mantém presente. O conceito de nação tem sido fundamental para identificação do partido com sua causa (suposta criação de uma França gloriosa), desde seu surgimento enquanto movimento radical. O partido tem reiteradamente salientado a importância da nação e a noção de identidade, que corre risco de extinção em virtude do discurso do multiculturalismo. Segundo Jean Marie Le Pen,

”Nós estamos ligados a esta terra pelos séculos de trabalho, sofrimento e sacrifícios de nossos pais, que geração após geração, passaram suas vidas trabalhando, para confiar nós, o legado, o patrimônio nacional... Está ligação histórica entre nossos povos e nossa terra é o ponto de partida de nossa nação”. (LE PEN, 1983)

Em primeiro lugar o discurso xenófobo é resultado do agravamento das condições sociais e econômicas que assolam o país, das tensões vivenciadas entre vizinhos (franceses x imigrantes). Temos que compreender o espaço em disputa entre franceses e imigrantes de origem muçumana. No lado conservador existe o discurso de que não há esforço dos imigrantes, em se integrarem aos valores “culturais” franceses - os próprios franceses não conseguem ter uma descrição concreta que defina o que é essa cultura - o desrespeito dos valores nacionais (franceses). Em segundo outro fator agravante é a questão religiosa, segundo a FN

existe uma agressão ao Estado Laico por parte dos imigrantes mulçumanos, pois os mandamentos do islamismo e sua conduta, trajés obrigatórios às mulheres, hábitos alimentares, desrespeitam as leis do Estado⁶. Hoje as escolas francesa procuram se adaptar aos alunos mulçumanos, como incluir horários das orações no período escolar e alterar o cardápio de acordo com seus costumes. Sendo essa incorporação uma afronta a identidade nacional, pois faz com que os filhos dos franceses sejam “expostos” a culturas diferentes (como se fosse uma doença).

As alegações da FN sobre a imigração ainda que sem fôlego suficiente (pela falta de representatividade no governo) para inserir suas ideias dentro do Estado, ela consegue colocar em pauta essa discussão no plano político, fazendo com que os outros partidos como a UMP e o PS, também discutam essas plataformas em seus programas partidários. Por se tratar de um problema em voga, o tema de restrição à imigração, a modificação das leis, não pode deixar de ser problematizado e investigado pelas outras entidades. Pois se o tema for controlado e manipulado exclusivamente pela extrema direita, devemos temer os próximos acontecimentos, como podemos verificar em países como a Grécia, o partido neonazista Aurora Dourada e seus grupos paramilitar atuam livremente na repressão e intolerância das comunidades estrangeiras.

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, Linha de Pesquisa: Estado e Poder, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Marechal Cândido Rondon, sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil.

² Aproximadamente 140 mil mortos e 143 mil feridos.

³ http://www.migrationpolicy.org/pubs/backgrounder2_france.php

⁴ Cédric Mathiot, “Non, la France n’est pas le pays d’Europe qui accueille le plus d’immigration”, Libération, 28 de março de 2012.

⁵ <http://www.gisti.org/>

⁶ Com o início da “Guerra ao Terror” e a campanha de marginalização das comunidades mulçumanas, na Europa hoje, existem diversas leis que proíbem o uso de burca, roupas, que atrapalhem na identificação das pessoas.

Referências Bibliográficas.

DAVIES, P. **The National Front In France: Ideology, Discourse, and Power.** NewYork, Routledge.1999

DECLAIR, E. **Politics on the Fringe: The People, Policies and Organization of the French National Front,** Durham, Duke University Press.1999

-
- FLECKER, J. **Changing Working Life and the Appeal of the Extreme Right.** Great Britain. Ashgate. 2007.
- HAINSWORTH, P. **The extreme right in France: The rise and rise of Jean-Marie Le Pen's Front National.** Representation, 40. 2004, pp. 101-114.
- HARVEY, G. S **The French National Front: The Extremist Challenge to Democracy.** Boulder . Westview Press, 1996
- JAMIN, J. **L'imaginaire du Complot: Discours d'extrême droite en France et aux Etats-Unis** Amsterdam University Press, 2009.
- JESUS, C.G.N. **Neonazismo: Nova Roupagem para um velho problema.** Akrópolis, Umuarama, v.11, n.2, p.67 -73. 2003
- LE PEN, Jean Marie. **Volontaire**, vol.06 1983.
- LE PEN, Marine **Discurso:** de 13/03/12 Hénin Beaumont, 2012
- LE PEN, Marion Marechal **Discurso:** 09/06/2012 Vaucluse, 2012
- MARCUS, J. **The National Front and French Politics: The Resistible Rise of Jean-Marie Le Pen.** New York: New York University Press. 1995.
- PERRINEAU, P. **"The conditions for the re-emergence of an extreme right wing in France: the National Front 1984-98"**. in E. Arnold (ed.), The Development of the Radical Right in France: From Boulanger to Le Pen, New York, St. Martin's Press. 2000.
- SCHAIN, M. (1999), **"The National Front and the French party system"**. **French Politics and Society.** 17, pp. 1-16. 1999.
- SILVERMAN, Maxim - **Deconstructing the Nation - Immigration, racism and citizenship in modern France.** London, Routledge. 1992
- SIMMONS, H. G. **The French National Front: The Extremist Challenge to Democracy.** Oxford, Westview, 1996.
- STOCKEMER D, e LAMONTAGNE B, **Right wing Extremism in France – Departmental differences in the vote for the national front.** Romanian Journal of Political Science. Vol 7, n. 2, p. 45-65, 2007.
- VIZENTINI, P. F. (ORG) **Neonazismo, Negacionismo e extremismo político.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

-
- VIZENTINI, P.F. **O ressurgimento da extrema-direita e do neonazismo: a dimensão histórica e internacional.** In. MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F. (Org.). **Neonazismo, negacionismo e extremismo político.** Porto alegre: Editora da Universidade (UFRGS): CORAG, 2000.
- WILLIAMS, M. **A new era for French far right politics? Comparing the FN under two Le Pens.** *Análise Social*, vol. XLVI (201), 2011.
- WILLIAMS, M. **The Impact of Radical Right-Wing Parties in West European Democracies.** New York: Palgrave, 2006.